**PAUTA**
**PARA A 85ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**
**EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015**

**Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).**

1 - Projeto de lei nº 444, de 2010, de autoria do deputado André Soares. Determina que o fornecedor, ao disponibilizar catálogo com informações sobre produtos e serviços, deverá indicar os preços dos itens identificados. Parecer nº 1970, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 752, de 2011, de autoria da deputada Leci Brandão. Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito. Parecer nº 1971, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 962, de 2014, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar a "Certificação Paulista de Origem Protegida - CPOP". Parecer nº 1975, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 459, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Acrescenta dispositivo na Lei nº 13.174, de 2008, e revoga a Lei nº 14.948, de 2013, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no Estado de São Paulo. Parecer nº 1972, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 618, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Estabelece o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia. Parecer nº 1973, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Projeto de lei nº 891, de 2015, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a aprovação de loteamentos para fins urbanos com controle de acesso. Parecer nº 1974, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

7 - Projeto de lei nº 1209, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 4.957, de 1985, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. Parecer nº 1977, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

8 - Projeto de lei nº 1343, de 2015, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a criação do "Programa Farmácia Cidadão" no Estado. Parecer nº 1976, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.